Ilegitimidade Recursal do Amicus Curiar em Ações de Controle Concentrado na Jurisprudência Brasileira.

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Diego Barroso Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA TAGUATINGA SHOPPING

Introdução

O papel do Amicus Curiae não está no seu poder de recorrer diante de um julgamento , mas sim no seu poder de fornecer à corte a grande demanda dentro do possível de argumentos e informações para que no final do processo a decisão, em temas de grande impacto social , sejam justas e completas em benefício da sociedade na aplicação de direitos fundamentais para ordem jurídica aplicada na sociedade. Diante disso apresento a vocês este trabalho que visa a apresentação de caso julgado de extrema importância para o direito brasileiro. O amigo da corte nada mais é que em elemento de extrema importância para o processo judicial.

Objetivo

O objetivo desse trabalho visa explanar conhecimentos adquiridos em sala de aula na disciplina de Direito Processual Civil, numa pesquisa em materiais de domínio público , já julgado e a relevância dessas pautas para futuras decisões , ou tentativas de ingerência desse personagem de extrema importância para o direito , o amigo da corte e o seu poder de influência durante um julgamento.

Material e Métodos

Pesquisas , na jurisprudência brasileira em páginas da internet de decisões só STF, Código de Processo Cívil, e conhecimentos adquiridos em sala de aula. Ao realizar minha pesquisas me deparei com diversos caso já julgados comia ADI 4.277 e ADPF 132 onde o tema reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo foi analisado e julgado , aonde a ordem dos advogados do Brasil e diversas associações de direitos foram admitidas como amigos Curi. Além de outra decisão que chamou bastante a minha atenção como ADPF 54 sobre o Aborto de feto Anencéfalo, nessa ação judicial do STF legaliza o aborto nessas hipóteses, meus métodos reunirão informações , situação polêmicas da nossa sociedade. Em anotações, rascunhos, pesquisas em sites e páginas de direito . E decisões do STF de acesso ao público.

Resultados e Discussão

Os resultados que obtive , foram que mesmo que amigo da corte , você contrário a decisão final do juiz , não é parte do processo, (autor, réu) , logo ele não pode pedir recurso. O papel do(Amicus Curiae) expressão em latim que significa amigo da corte , é apresentar dados técnicos, fatos e estudos que ajudem a corte a ter uma visão

maior e completa do tema em questão.
Se perder ou não gostar da decisão não pode recorrer, o papel termina no momento em que ele entrega sua contribuição, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decidiu que no sentido que o Amicus Curiae não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Analisando A ADI 6811/PE Como principal tema desse trabalho e outros exemplos mencionados na introdução desse trabalho que reforçam qual o papel dessa figura do direito.

Conclusão

Logo concluo qual a importância do Amicus Curiae em uma decisão no STF, esse que é admitido para ter mais informação de qualidade , sendo apenas um informante, onde a justiça decidiu que ele não tem poder para questionar a decisão final por meio de recurso.

Referências

https://buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/46994a3cd8d943d03b44b8fc9792d435
Embargos de declaração opostos por amicus curiae. E admissibilidade.
https://portal.stf.jus.br/servicos/dje/verDecisao.asp?numDj=106&dataPublicacao=01/06/2022&incidente=5915671&capitulo=5&codigoMateria=1&numeroMateria=93&texto=9458067

Ação Direta de Inconstitucionalidade ADE 6.811/PE
União Homoafetiva (ADI 4.277 e ADPF 132)
Aborto de Feto Anencéfalo (ADPF 54)
Artigo 138 do Código de Processo Cívil.